



1^a. Seção – Atividade de Infraestrutura

Section 1 – Infrastructure Activity

O DIREITO ADMINISTRATIVO DA INFRAESTRUTURA: REPENSANDO O CONCEITO CLÁSSICO DE BENS PÚBLICOS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

*THE ADMINISTRATIVE LAW OF INFRASTRUCTURE:
RETHINKING THE CLASSICAL CONCEPT OF PUBLIC ASSETS
IN FAVOR OF ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT*

AUGUSTO NEVES DAL POZZO

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor de Direito Administrativo e Fundamentos de Direito Público da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). *Visiting Professor* na *Università di Roma La Sapienza*, na Itália. *Chercheur Invité* na *Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne*, na França. *Chercheur Invité* na *Université Paris 2 Panthéon-Assas*, na França. *Research Assistant* na *Harvard Law School* do Professor Roberto Mangabeira Unger, Roscoe Pound Professor of Law. Advogado e Parecerista. Sócio-fundador e advogado de escritório jurídico.

ORCID: [orcid.org/0000-0001-8891-7080].

DOI: [doi.org/10.48143/rdai.35.dalpozzo].

augusto@dalpozzo.com.br

Recebido: 17.01.2025. Received: Jan 17th, 2025.

Aprovado: 19.02.2025. Approved: Feb 19th, 2025.

ÁREA DO DIREITO: Administrativo

RESUMO: O artigo propõe uma releitura do conceito clássico de bens públicos, especialmente no contexto da infraestrutura, ao introduzir a noção de ativo público de infraestrutura como subcategoria dos bens de uso especial. A abordagem enfatiza a dimensão finalística e dinâmica desses ativos, destacando seu papel na promoção do desenvolvimento econômico e social. A obra analisa criticamente a inadequação do modelo

ABSTRACT: This article proposes a reinterpretation of the classical concept of public assets, particularly in the context of infrastructure, by introducing the notion of infrastructure public assets as a subcategory of special-use public goods. The study emphasizes the purposive and dynamic nature of these assets, highlighting their role in fostering economic and social development. It critically analyzes the limitations of the

tradicional de concessão de obra pública, sugerindo a adoção da figura da concessão de infraestrutura como instrumento mais eficaz para viabilizar investimentos, operação e manutenção de ativos públicos. Com base em fundamentos jurídicos, econômicos e contábeis, o estudo defende uma reformulação da prática administrativa, promovendo maior eficiência na gestão pública e segurança jurídica nos contratos celebrados com a iniciativa privada. Exemplos como rodovias, aeroportos e parques ilustram a necessidade de alinhar os instrumentos legais à realidade contemporânea da infraestrutura nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Administrativo – Infraestrutura – Bens Públicos – Ativo Público – Concessão de Infraestrutura.

traditional public works concession model and advocates for adopting infrastructure concession mechanisms as a more effective means of enabling investment, operation, and maintenance of public assets. Drawing on legal, economic, and accounting perspectives, the article calls for a redefinition of administrative practices, aiming for greater efficiency in public management and legal certainty in public-private partnerships. Examples such as highways, airports, and public parks are used to demonstrate the need to align legal frameworks with the current demands of national infrastructure.

KEYWORDS: Administrative Law – Infrastructure – Public Assets – Public Infrastructure Assets – Infrastructure Concession.

SUMÁRIO: 1. Introdução. 2. Infraestrutura e bem público. 3. O papel dos bens públicos na infraestrutura moderna e a relevância do ativo público de infraestrutura. 4. Concessão de infraestrutura e ativo público. 5. Conclusão. 6. Referências bibliográficas.

1. INTRODUÇÃO

Este¹ estudo é dedicado ao exame do conceito de ativo público, uma categoria essencial dentro do quadro de bens públicos atinentes à atividade de provisão de infraestrutura pública. Este conceito, embora tradicional no Direito Público, vem sendo reinterpretado e adaptado para atender às crescentes demandas de uma economia dinâmica com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social.

O trabalho remete à tese de doutoramento do autor, convertida, depois, na obra “O Direito Administrativo da Infraestrutura”² Em específico, empregam-se os subcapítulos 5.1.2.1 e 6.2, que tratam de infraestrutura e bem público e concessão de infraestrutura, respectivamente. Estruturalmente, o texto inicia com uma análise da evolução do entendimento jurídico e econômico dos bens públicos, transitando

-
1. Como citar este artigo | *How to cite this article*: DAL POZZO, Augusto Neves. O direito administrativo da infraestrutura: repensando o conceito clássico de bens públicos em prol do desenvolvimento econômico e social. *Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura – RDAI*, São Paulo, v. 9, n. 35, p. 27-43, out.-dez. 2025.
 2. DAL POZZO, Augusto Neves. *O direito administrativo da infraestrutura*. São Paulo: Contracorrente, 2020.